



Fraga (esq., ao lado de Mercadante e Belluzzo) fala aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

Já está no Senado a MP que autoriza compra de bancos

Aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira, já está no Senado a medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem ativos de instituições financeiras sediadas no país. Essa medida é uma das principais do pacote de combate à crise financeira. **5**

Orçamento recebe emendas de comissões

Mais quatro comissões permanentes do Senado aprovaram ontem emendas ao Orçamento da União para 2009. As propostas serão encaminhadas ao relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral, que adaptará os valores solicitados às disponibilidades. **7**

Debates sobre energia e biocombustíveis

Representantes de 22 parlamentos da América Latina reúnem-se na segunda e terça-feira, no Interlegis, para discutir impactos ambientais de projetos hidrelétricos, produção de biocombustíveis e aquecimento global. Em São Paulo, representantes de 16 países vão discutir biocombustíveis. **6 e 8**

“Brasil está bem, mas enfrentará desaceleração”

Ponto de vista foi manifestado, no Senado, por Armínio Fraga. Belluzzo, outro debatedor, prega continuidade dos investimentos

A queda na demanda e nos preços das *commodities*, em nível mundial, causará uma desaceleração no Brasil, mas o país pode passar pela crise sem grandes problemas. A previsão foi feita ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pelo economista Armínio Fraga. Ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, Fraga participou de fórum permanente de

discussão da crise ao lado do também economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, que defendeu a manutenção dos investimentos públicos. O presidente da comissão, Aloizio Mercadante – que coordena os debates –, sugeriu aos políticos que mudem a agenda de trabalhos e enfrentem o desafio de examinar “reformas sistêmicas necessárias”, especialmente a tributária. **4 e 5**

Garibaldi acha inoportuno o aumento das aposentadorias

Mesmo reconhecendo a importância de melhorar os ganhos de “pessoas que passaram a vida inteira trabalhando”, o presidente do Senado afirma que a Casa não pode fechar os olhos à crise econômica. **4**



Garibaldi: solução para aumento está sendo discutida com ministro

Comissão aprova recriação da Sudeco

Planejamento e desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste são as metas do órgão, conforme projeto de lei complementar acolhido pela Comissão de Desenvolvimento Regional. **2**



Lúcia Vânia (à mesa com Jayme Campos, Marconi Perillo e Delcídio Amaral) lê parecer favorável à recriação do órgão

Simon condena “janela” para a infidelidade

A chamada “janela política” prevista em projeto na pauta da Câmara foi duramente criticada ontem pelo senador Pedro Simon. Ele observou que a mudança visa driblar o instituto da fidelidade partidária e tornar sem efeito a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada na quarta-feira pelo Supremo Tribunal Federal, de que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. Simon também criticou os inquéritos que investigam a atuação do delegado e do juiz da Operação Satiagraha. **3**

Relator-geral do Orçamento, Delcídio Amaral anunciou a disposição de lutar no sentido de que o órgão renasça com recursos necessários para viabilizar projetos estruturantes



Na CDR, a relatora Lúcia Vânia, ao lado de Jayme Campos (C) e Delcídio Amaral, lê o substitutivo à proposta do governo

Projeto que recria Sudeco é aprovado em comissão

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei complementar de autoria do Poder Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. A nova superintendência terá por meta promover o planejamento e o desenvolvimento sustentável de toda a região, além de ser um instrumento para fortalecer os setores industrial, agrícola e de serviços.

Com sede em Brasília, a Sudeco – que servirá aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e ao Distrito Federal – também terá como objetivo, a exemplo das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), reduzir os desequilíbrios regionais e sociais. O projeto (PLC 119/06) segue agora para análise em decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator-geral da proposta de Orçamento da União para 2009, Delcídio Amaral (PT-MS), que fez questão de comparecer à reunião da CDR para discutir a recriação da Sudeco, anunciou que lutará, na Comissão Mista de Orçamento, para que a Sudeco renasça robusta e com os

recursos necessários para viabilizar projetos estruturantes, “vitais para o desenvolvimento de toda a região”.

Novidades

O substitutivo de Lúcia Vânia institui o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), que terá dotação orçamentária no próximo ano, conforme o que dispuser a Lei Orçamentária Anual. A senadora lembrou que, atualmente, a região conta somente com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), utilizados para empréstimos aos produtores. Com a entrada em vigor do FDCO, fexplicou, os investidores terão acesso a crédito novo para implementar projetos de desenvolvimento e de infra-estrutura.

Lúcia Vânia destacou ainda outra novidade: a criação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que terá vigência de quatro anos e será revisado anualmente. Segundo a senadora, o plano será um forte instrumento para gerar emprego e renda, reduzir a taxa de analfabetismo, melhorar as condições de habitação e saneamento básico, além de garantir a implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico, entre outros

benefícios. Salientou ainda a reformulação, no substitutivo, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, permitindo que ele seja gerido por uma agência de fomento – como o futuro Banco do Centro-Oeste – e não mais apenas pelo Banco do Brasil.

– Estamos criando uma Sudeco muito mais fortalecida e muito mais viável para responder ao desenvolvimento de toda a região – resumiu a relatora.

No substitutivo, Lúcia Vânia acolheu três emendas, entre elas uma proposta pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que proíbe o contingenciamento dos recursos dos fundos constitucionais destinados às superintendências de desenvolvimento regionais.

Parlamentares presentes à reunião enaltecaram a aprovação do substitutivo de Lúcia Vânia, a exemplo de Valter Pereira (PMDB-MS), que classificou a matéria como uma “autêntica alforria para a região Centro-Oeste”.

Jayme Campos (DEM-MT), Cícero Lucena (PSDB-PB), Gim Argello (PTB-DF) e Marisa Serrano (PSDB-MS) também destacaram a aprovação do projeto. Todos colocaram em relevo o trabalho desenvolvido por Lúcia Vânia no sentido de aprimorar e viabilizar a recriação da agência de desenvolvimento do Centro-Oeste.

“É preciso repensar o equilíbrio regional”

Lúcia Vânia manifestou na tarde de ontem, em Plenário, sua satisfação por ver aprovado, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o projeto substitutivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). De autoria da senadora, o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 119/06 segue agora para exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

A parlamentar, que também havia relatado a matéria, enviada pelo Executivo, na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, agradeceu a um amplo leque de autoridades e técnicos que cooperaram para que a nova Sudeco desse mais um passo rumo a seu ressurgimento. Esse grupo inclui a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; técnicos do Ministério da Fazenda, da Presidência da República, do Banco Central e do Planejamento; e consultores do Senado.

Lúcia Vânia mencionou também o senador Delcídio Amaral, relator do Orçamento 2009, por

ter se comprometido a buscar caminhos para que o Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, pela primeira, seja contemplado com recursos da nova Sudeco no próximo ano.

Segundo a senadora, está prevista, para o dia 25, uma reunião em que estarão presentes, além da bancada de senadores, todos os governadores do Centro-Oeste.

– A recriação da Sudeco é um tema que converge na necessidade de repensar o equilíbrio regional no Brasil – afirmou.

Jayme Campos: agência marcará nova era na região

Ao comemorar em discurso a aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do projeto da Sudeco, Jayme Campos (DEM-MT) disse que recriação do órgão representará uma “nova era para a região” Centro-Oeste. Ele pediu aos senadores que também votem favoravelmente à matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário da Casa.

– Legislar em favor do desenvolvimento regional é uma das mais nobres tarefas do Senado, e o Centro-Oeste está esperando ansiosamente que essa lei seja aprovada por esta Casa e sancionada pelo presidente da República o mais rapidamente possível – frisou.

Jayme Campos afirmou que, para garantir a dotação orçamentária inicial de R\$ 500 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado no substitutivo elaborado por Lúcia Vânia, é essencial o apoio do governo federal, “e, por isso,



Foto de Gerardo Magella

Jayme Campos diz que Centro-Oeste “espera ansiosamente”

parlamentares, secretários de Fazenda e governadores dos estados da região devem se mobilizar”.

O senador destacou a pujança da região Centro-Oeste – que produz nada menos de 62% da soja brasileira e detém 35% de todo o rebanho bovino do país.

O representante de Mato Grosso salientou ainda a importância da aprovação da superintendência para promover o desenvolvimento sustentável, garantir o crescimento da produção e dar uma “resposta para a crise financeira”.

Jefferson pede alternativas para amazônidas

Jefferson Praia (PDT-AM) destacou a operação recente da Polícia Federal que apreendeu duas quadrilhas de tráfico de animais silvestres na Amazônia Legal. O senador, no entanto, disse que o governo, em suas três esferas, limita-se a atacar a “superfície” do problema, em vez de oferecer políticas públicas capazes de garantir alternativa viável de sobrevivência para madeireiros e caçadores ilegais da região, que conta hoje com 25 milhões de habitantes.

– A construção dessas alternativas deveria servir de base a um novo modelo amazônico de desenvolvimento econômico, social, educacional, científico-tecnológico e infra-estrutural que fizesse do amazônida um parceiro da natureza, e não o seu algoz – defendeu.

Jefferson Praia informou que, na ação repressiva, batizada de Operação Grilhões e realizada no Maranhão, em Rondônia e



Foto de Gerardo Magella

Jefferson defende políticas públicas para habitantes da região

no Tocantins, foram apreendidas 1.178 anilhas falsificadas, usadas em animais silvestres para que se fizessem passar por aves de criadores autorizados pelo Ibama. No total, foram resgatadas 2.235 aves. Os policiais efetuaram 13 detenções, e cada envolvido poderá ser condenado a até oito anos de prisão.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) cobrou respeito aos hábitos culturais dos amazônidas e avaliou que o excesso de burocracia ambiental vem impedindo a criação de pequenos animais pelos moradores do interior da região.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa e destinada a pronunciamentos dos senadores e leitura de expediente. Entre os inscritos, estão Marco Maciel (DEM-PE), Ideli Salvatti (PT-SC) e Heráclito Fortes (DEM-PI).



Pedro Simon defende decisão da Justiça que combate a infidelidade partidária

Pedro Simon critica "janela política" e defende STF e TSE

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a chamada "janela política" prevista no projeto do governo que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados para driblar o instituto da fidelidade partidária e tornar sem efeito a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), confirmada quarta-feira passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar.

– O Congresso Nacional não tem autoridade para falar da decisão do TSE e do STF porque há 20 anos tem o texto constitucional para legislar e não fez nada. A Câmara está votando uma lei que reconhece a existência da fidelidade partidária, mas um mês antes das eleições abrem-se as comportas para que os parlamentares possam mudar de partido como bem entender. É a "janela política" – observou.

Após lembrar que a legislação não proíbe ninguém de mudar de legenda, Simon argumentou que o mandato, entretanto, pertence ao partido.

Na avaliação do senador gaúcho, as mudanças casuísticas contribuem para que a opinião pública veja a atividade política com um certo desconforto, com graves prejuízos à imagem do Congresso Nacional.

– Aqui no Senado, no Congresso, já perdemos tanta coisa que o que resta para olhar no nosso Senado é a gravata e o casaco – ponderou, em tom de ironia, o senador ao comentar que é contra a proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que está defendendo o fim da obrigatoriedade da gravata nas dependências da Casa.

Satiagraha

O senador criticou também os inquéritos que investigam a atuação do delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz e do juiz Fausto De Sanctis na Operação Satiagraha, que investigou o banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e o empresário Naji Nahas. O senador entende que houve exageros e que é preciso fazer mudanças, mas observou que "transformar o delegado e o juiz em criminosos dá a impressão de que a impunidade está tomando conta do país".

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o delegado o colocou num quadro como se fosse participante de um esquema criminoso ligado ao banqueiro Daniel Dantas. Simon apoiou Heráclito, mas frisou não concordar com a forma como estão sendo feitas as investigações contra Protógenes.

Para Garibaldi, é preciso propor uma lei para listar as situações em que um parlamentar poderá trocar de legenda, em vez de se discutir como escapar da decisão do TSE

"Congresso precisa legislar sobre fidelidade partidária"

AO REPERCUTIR COM jornalistas decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmando a constitucionalidade de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre fidelidade partidária, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, defendeu a necessidade de o Legislativo regulamentar de maneira cabal a questão da perda de mandato eletivo por infidelidade partidária.

A resolução do TSE definiu que o mandato político pertence ao partido, e não ao candidato. Por essa decisão, ficou estabelecido que deputados federais, estaduais e vereadores que mudaram de partido depois de 27 de março de 2007, sem justa causa, deverão devolver seus mandatos para os partidos que os elegeram. A mesma regra vale para senadores que mudaram de partido depois de 16 de outubro de 2007, também sem ter justificado o motivo.

Garibaldi comentou ainda a proposta de reforma política que o governo enviou ao Congresso, que permite que se abra uma janela até um mês antes da realização de convenções partidárias para escolha de candidatos em ano eleitoral, para que os detentores de mandatos possam trocar de legenda. Na visão do presiden-

te, um tema da importância da fidelidade partidária não deveria ser tratado com soluções "paliativas", mas, sim, definido de vez pelos parlamentares.

– Em vez de se discutir esse problema em termos de como o sujeito vai escapar, acho que deveríamos ter uma lei permanente sobre fidelidade partidária, listando todas as situações em que parlamentar poderia deixar o partido – disse.

Respondendo a críticas sobre a paralisação da tramitação de projetos de lei sobre reforma política nas duas Casas do Congresso, Garibaldi considerou sua parcela de responsabilidade pela falta de deliberação das matérias.

– Às vezes me criticam dizendo que sou de falar e não consigo agir. Acontece que as coisas não dependem só de mim. E eu já falo para ver se encontro a ação correspondente. Acho que é uma questão de legislar e não de ficar polemizando – afirmou.

Juizados especiais

Com o objetivo de tentar evitar a aprovação da PEC 34/08, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que cria o cargo de juiz supervisor dos juizados especiais, o presidente da Associação dos Juizes Fede-

rais do Brasil (Ajufe), Fernando Cesar Baptista de Mattos, visitou ontem Garibaldi. De acordo com a PEC, a remuneração dos novos juizes não seria superior a 40% do cargo de juiz substituto. E é este o ponto mais combatido pela Ajufe, segundo o presidente da associação. Para ele, o momento é de valorizar a categoria, que tem apresentado, segundo explicou, uma boa resposta às demandas da sociedade.

– O trabalho desses juizes que atuam nos juizados especiais tem que ser incentivado e não desvalorizado. Não se pode criar uma categoria de juizes de segunda classe, ganhando muito menos do que ganha um juiz hoje – afirmou.

Garibaldi, que estava acompanhado do advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, e do consultor-geral da Casa, Bruno Dantas, recebeu das mãos do presidente da Ajufe um documento, contendo os motivos pelos quais a associação é contrária à aprovação da PEC. Também foram encaminhadas várias propostas da categoria para o aperfeiçoamento do sistema judicial, entre elas algumas sugestões de reforma do Código de Processo Penal (CPP).



Garibaldi (à dir., na poltrona central) ouve críticas de Fernando Mattos à PEC que cria cargo de juiz supervisor dos juizados especiais

Depoimento por videoconferência em debate

O uso de videoconferência em interrogatórios de criminosos será o tema do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira da Rádio Senado. Os convidados do programa são os senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), o secretário-geral adjunto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto Toron, e o jurista Ives Gandra Martins.

O projeto de lei que permite o uso desse recurso tecnológico é de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou um substitutivo que foi aprovado no Senado, na quarta-feira e enviado à apreciação da Câmara dos Deputados.

O programa *Conexão Senado* vai ao ar às 12h.

Câmara Cascudo

E, para marcar o início das transmissões, em caráter experimental, em Natal (FM 106,9 MHz), a Rádio Senado leva ao ar o programa *Câmara Cascudo – Um brasileiro incurável*. A reportagem dos jornalistas Larissa Bortoni, Maurício de Santi e Nilo Bairros conta um pouco da vida do mais importante folclorista brasileiro, Luiz da Câmara Cascudo, autor do livro *Dicionário do folclore brasileiro* (1954).

Câmara Cascudo nasceu e viveu em Natal, dedicando-se ao estudo da cultura brasileira. Foi advogado e professor da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte. Nos seus 88 anos de vida, foi ainda antropólogo, escritor, historiador e jornalista. O programa vai ao ar hoje, às 18h, com reprises amanhã às 10h e no domingo às 17h.

Já o programa *Fique por dentro da lei* tem como convidado o advogado Hector Freitas, que irá falar sobre a legislação no reconhecimento de paternidade. No Brasil, pelo menos 8% das certidões de nascimento contêm a expressão "pai ignorado". O programa vai ao ar nesta segunda-feira, às 10h.

Os ouvintes de Brasília podem sintonizar a Rádio Senado na estação 91,7 FM e, os de Natal, na 106,9 FM. Na internet, é possível acompanhar a programação pelo site www.senado.gov.br/radio.



Suplicy destaca redução da violência no Jardim Ângela

Suplicy elogia trabalho do padre Jaime

O trabalho desenvolvido pelo padre Jaime Crowe na paróquia Santos Mártires, no Jardim Ângela, na capital paulista, foi destacado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

No último domingo, na companhia de alunos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, Suplicy esteve em visita à comunidade, que no final dos anos 90 chegou a ser considerada um dos locais mais perigosos do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

– O índice de homicídios, que chegou a 128 para cada 100 mil habitantes em 2000, no último ano baixou para 28 no bairro, graças a uma série de iniciativas, dentre as quais a de promover uma ação da polícia comunitária que interage com os moradores – relatou.

Suplicy disse que a atuação do padre Jaime favoreceu a implantação de uma associação para pessoas com deficiência e de creches, estas ainda em número insuficiente, além de cursos profissionalizantes e unidades para internação de dependentes químicos no bairro.

O senador relatou ainda que o padre organiza na comunidade, a cada 2 de novembro, uma Caminhada pela Vida e pela Paz, além do Fórum em Defesa da Vida e pela Superação da Violência, que hoje reúne mais de 200 entidades e organizações sociais da região.

Idosos

Em seu discurso, Suplicy também lamentou o número crescente de casos de violência praticada contra idosos no Brasil. O senador disse que as agressões contra as pessoas mais velhas representam "uma tragédia" e pediu que a sociedade reflita sobre esses episódios.

Garibaldi: não é o momento de reajustar aposentadorias

Presidente do Senado diz que projeto aprovado na CAS já faz parte da preocupação que está trazendo o ministro da Previdência Social à Casa na próxima semana

AO COMENTAR A aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na última quarta-feira, de projeto que atualiza o valor das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse que "não é o momento de se aprovar esse tipo de projeto e isso já faz parte da preocupação que está trazendo o ministro da Previdência Social ao Senado na próxima semana".

A CAS adotou, em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo elaborado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta (PLS 58/03) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A

materia agora vai para a análise da Câmara dos Deputados.

Garibaldi Alves reconheceu a importância do projeto, principalmente, como lembrou, porque irá beneficiar "pessoas que passaram a vida inteira trabalhando", mas frisou que o momento é de crise financeira internacional.

– Antes de se pensar em aprovar esse tipo de projeto, é preciso saber o limite que a realidade financeira

do país, a Previdência Social e a perspectiva de alongamento dessa crise internacional suportam – afirmou. Para Garibaldi, a aprovação do projeto na CAS não representou, entretanto, uma contradição em relação ao

atual momento econômico do país, pois tanto essa proposta como a medida provisória que reajusta o salário de 450 mil servidores, que está tramitando na Casa – MP 440/08, na forma do Projeto de Lei de Conversão 27/08 – já existiam antes da crise.

– Mas não podemos também simplesmente fechar os olhos e dizer que estamos no melhor dos mundos – afirmou o presidente do Senado.

Comenda

Garibaldi Alves recebeu, ontem, a Comenda Longa Manus (Mão Longa) dos Oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul, entregue pelo presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, Paulo Sérgio Costa da Costa.

Apesar de reconhecer a importância do projeto, Garibaldi lembra que há uma crise financeira

Neuto de Conto defende recuperação de benefícios

Neuto de Conto (PMDB-SC) defendeu o projeto que recompõe as perdas sofridas pelas aposentadorias e pensões nos últimos anos, aprovado quarta-feira na CAS. Para o senador, porém, não deve haver vinculação da recomposição com os reajustes do salário mínimo, devido à proibição constitucional dessa ligação.

Segundo Neuto de Conto, ao longo dos anos, as aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social e pela União vêm sofrendo um crescente achatamento.

– Reconstituir o seu poder de compra, portanto, é imperativo para que os beneficiários desses direitos possam reconquistar a tranquilidade pela qual tanto trabalharam – afirmou.

Sobre o índice de reajuste, o senador assinalou que, no caso de aprovação da proposta (PLS 58/03), se por alguma circunstância o governo interrompesse o ciclo do crescimento real do salário mínimo, a luta dos aposentados no futuro seria, justamente, pela

desvinculação. – Precisamos encontrar outras formas de preservar o poder de compra dos beneficiários da Previdência. O que importa é a urgência com que precisamos da definição de um índice que calcule, de forma justa, como os benefícios previdenciários devem ser reajustados – afirmou.

Mário Couto (PSDB-PA) disse, em aparte, que a Frente Parlamentar de Defesa dos Aposentados não está discutindo os 105 projetos sobre o assunto em tramitação no Congresso com o ministro da Previdência, mas apenas três propostas de Paulo Paim. Couto também desmentiu a notícia de que seriam necessários R\$ 8 bilhões para reajustar as aposentadorias e frisou que bastam R\$ 3,5 bilhões.



Neuto de Conto: é preciso definir o índice de reajuste

Governo é culpado por falência do Aeris, diz Alvaro

A culpa das dificuldades das 40 mil famílias que ficaram sem suas aposentadorias do fundo de pensão Aeris é do governo federal, que nomeou interventores que levaram a instituição à falência, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

Por isso, para o senador, é justo que o governo, "de alguma forma", assuma as aposentadorias dos aeroviários filiados do Aeris, ex-funcionários das extintas empresas Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

Alvaro informou ter recebido ontem telefonema do advogado-geral da União, ministro José Antônio Dias Toffoli, em que este sustentou que não sabia da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a ação que mandava o governo pagar os aposentados

do Aeris. O senador disse não ter "condições de acreditar" no que lhe falou Toffoli.

Alvaro acredita que a esperança dos aeroviários aposentados está agora no STF, presentes a julgar uma ação sobre a Varig, que pede ressarcimento

por defasagem tarifária. Informou que a ministra Cármen Lúcia, do STF, já garantiu que essa ação deverá ser julgada ainda em 2008. Ele pediu ao presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes, que coloque o processo em julgamento, "pondo fim à angústia de milhares de famílias de aeroviários".

O senador cobrou do governo Lula o cumprimento das promessas feitas aos produtores rurais de que eles terão financiamentos para plantio, com rapidez. afirmou que o dinheiro não vem sendo liberado e as repercussões da crise financeira começam a aparecer no agronegócio. Como exemplo, citou a Frango Forte, de São Paulo, que, segundo disse, "já quebrou".



Para Alvaro, governo deve assumir as aposentadorias

Ex-presidente do Banco Central no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso foi ouvido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Cabe ao país, disse, "abrir o olho, mas não há razão para achar que vamos viver o mesmo que acontece lá fora"

Brasil está bem mas enfrentará uma desaceleração, prevê Fraga

O BRASIL PRECISA ter calma neste momento de crise financeira internacional, mas o país tem alguma folga e pode conseguir passar pela crise sem maiores problemas, opinou o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele participa de um fórum permanente de discussão sobre a crise financeira internacional promovido pelo colegiado. O economista presidiu o Banco Central entre 4 de março de 1999 e 1º de janeiro de 2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

– Para o Brasil, haverá uma desaceleração importante, uma vez que ocorre uma queda na demanda global e as commodities vêm caindo de preço. Mas temos um sistema financeiro bem capitalizado, embora tenha passado por exageros como no financiamento de automóveis em nove anos e também na concessão de crédito consignado. Cabe abrir o olho, mas não há razão para achar que vamos viver o mesmo que acontece lá fora.

Na análise de Fra-

ga, o Banco Central brasileiro vem reagindo adequadamente à crise. Para ele, cabe ao governo procurar amortecer o choque da crise internacional com uma atuação de "guerrilha no dia-a-dia", atacando os gargalos que forem aparecendo. O economista advertiu que o ritmo de crescimento da economia brasileira deve diminuir.

A arrecadação também deve cair no próximo ano, acredita Fraga, uma vez que o crescimento mundial em 2009 deve ficar em torno de 1%. O ex-presidente do Banco Central prevê, porém, um efeito favorável da crise: a possibilidade de uma queda de juros quando a situação econômica melhorar.

Intervenção

Arminio Fraga disse que a crise financeira global, "a maior em muitas décadas", sucede num período de enorme prosperidade pelo qual o mundo passou. No período de entusiasmo, entretanto, a "disciplina [do mercado financeiro] foi desaparecendo" e começaram a surgir "exageros e desequilíbrios". Hoje, ressaltou, os principais sistemas financeiros do mundo estão garantidos por seus governos.

– A única estabilidade que ainda sobra é a do governo – frisou.

O ex-presidente do BC afirmou que, embora seja uma ideia interessante, a instituição de um banco central mundial é de difícil implementação. No entanto, ele considera viável a disseminação de mecanismos globais no sentido de uma melhor regulamentação do sistema financeiro, o que considerou essencial.

Ao comentar alternativas para o Brasil, Fraga observou ser importante o governo sinalizar com reformas que garantam um equilíbrio fiscal de longo prazo e alavanquem a infra-estrutura do país. Ele não creu que o dólar chegue a R\$ 3.

– Não é minha expectativa, mas não é impossível.

Ao lado de Mercadante e Belluzzo, Arminio Fraga (E) diz que o governo precisa sinalizar com reformas que garantam o equilíbrio fiscal



Mercadante defende "reformas sistêmicas", como a tributária

Durante a discussão sobre a crise financeira internacional na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do colegiado, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a classe política brasileira precisa "assumir a dimensão" da turbulência e mudar sua agenda, enfrentando "reformas sistêmicas necessárias", especialmente a tributária.

O senador também defendeu a necessidade de maior investimento público – ainda que isso represente ir no sentido contrário ao do movimento de crise – como forma de garantir algum nível de atividade econômica.

Aloizio Mercadante disse ainda que "não se pode continuar com o aumento de despesas com pessoal", ao comentar a proposta que reajusta

aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga sobre sua visão a respeito de como a China tem enfrentado a crise. Fraga respondeu que aquele país já percebeu que o sistema de desenvolvimento que vinha adotando não era sustentável e começou a

reagir, com algumas reformas.

Wellington Salgado (PMDB-MG) perguntou sobre a possibilidade de a América Latina ter uma moeda única. Segundo Arminio Fraga, o Brasil é um país grande o suficiente para ter uma moeda própria e sugeriu que se espere um pouco mais para ver os resultados do euro, a moeda da União Européia.



Arnaldo Madeira, Eduardo Suplicy, Jefferson Praia, Renato Casagrande, Francisco Dornelles e Eiseu Resende participam do debate sobre os efeitos no Brasil da crise financeira internacional

Apesar da crise, governo deve manter investimentos, diz Belluzzo

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirmou durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos que o governo deve manter os investimentos, em vez de reduzi-los. Os recursos, defendeu, devem ser concentrados nos setores em que há maior "efeito multiplicador", ou seja, que são ca-

pazes de induzir novos investimentos em outros segmentos da economia. Para o economista, o corte de investimentos seria um "desastre".

Segundo Belluzzo, o país tem condições de atenuar a desaceleração da atividade econômica por meio dos investimentos públicos. Ele acredita que o Brasil seria um dos países emergentes que têm condições de

enfrentar os impactos da crise econômica.

No entanto, o economista ressaltou que o governo federal deveria ter adotado uma política fiscal "mais apertada e mais prudente" nos últimos anos, de forma a gerar superávits primários que viabilizassem uma taxa de juros menor que a atual. Belluzzo observou que, neste mo-

mento, é preciso estar atento a uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que o país precisa de taxas de juros mais baixas, a situação cambial dificulta o manejo da política monetária para que isso ocorra.

Belluzzo declarou ainda que a desaceleração econômica da China prejudicará o dinamismo da economia global.



Medida prevê a intervenção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para contornar os efeitos da crise no país

MP que autoriza compra de bancos já chegou ao Senado

Aquisição de ativos de instituições financeiras em dificuldades seria feita pelo Banco do Brasil e Caixa. Texto também cria comissão no Congresso para acompanhar as operações

JÁ ESTÁ NO Senado o Projeto de Lei de Conversão 30/08, proveniente da Medida Provisória 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no país. Editada com o objetivo de contornar a crise financeira internacional, a proposta permite também que o BB e a Caixa adquiram, além de instituições financeiras públicas e privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário e de capitalização, entre outras.

A realização do negócio poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas na legislação. Conforme o PLV,

negócios no ramo da construção civil serão realizados com empresas constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico (SPE) para a execução de empreendimentos imobiliários.

Com mudanças introduzidas na MP, o PLV veda a aquisição, por parte do BB e da Caixa, de carteiras de planos de previdência privada na modalidade benefício definido.

Outra modificação feita por meio do PLV, cujo relator foi o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), é a fixação de prazo, até 30 de junho de 2011, para que BB e Caixa tenham autorização para comprar as instituições.

A proposta também autoriza a criação da empresa Caixa – Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações e subsidiária integral da Caixa, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, par-

ticipações e demais operações previstas na legislação.

O PLV acrescentou artigo para criar, no Congresso Nacional, a Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira (CMACF), para monitorar e fiscalizar as operações. A comissão deverá concluir seus trabalhos com apresentação de relatório em até 180 dias após o término da vigência da autorização.

O Banco Central deverá encaminhar à CMACF, até o último dia útil do mês subsequente ao fechamento dos negócios, relatório sobre as operações realizadas, indicando, entre outras informações, a situação patrimonial das instituições adquiridas. O projeto de lei de conversão exige ainda que o BB e a Caixa encaminhem à CMACF, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao fechamento dos negócios, relatório sobre as operações realizadas.

Mão Santa critica política de preços da Petrobras

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o modo como a Petrobras fixa o preço dos combustíveis, argumentando que a empresa não coopera para baixar o custo de vida e incentivar a atividade econômica. Baseado-se em discurso do senador Osmar Dias (PDT-PR), Mão Santa disse acreditar que os preços dos derivados do petróleo poderiam ser reajustados para baixo, acompanhando a variação do preço do barril do produto.

Osmar Dias ressaltou quarta-feira, em Plenário, que o preço do óleo diesel poderia cair 20%. Isso seria suficiente para aumentar o produto interno bruto (PIB) em 1% no próximo ano. Segundo disse, o barril de



Mão Santa: o presidente Lula deve se informar mais

petróleo, cotado há um mês a US\$ 144 ou R\$ 237, pelo câmbio de R\$ 1,65, estava cotado na quarta a US\$ 53, ou seja, R\$ 116, pelo câmbio de R\$ 2,20, uma diferença de 49%.

Ainda em referência ao dis- presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Naquele país, grande produtor de petróleo, a população pagaria tão barato pelos combustíveis que, com R\$ 5, seria possível encher um tanque de gasolina.

Gerardo Magalhães



Senador adverte que região poderá ficar isolada com a chegada do período das chuvas

Mário Couto pede telefone para Anapu e elogia mídia do Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) anunciou a apresentação de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações questionando os motivos da demora na implantação do serviço de telefonia móvel no município de Anapu, em seu estado. De acordo com ele, a operadora Vivo é a responsável pela implantação de telefonia celular na região.

O parlamentar alertou para a aproximação do período das chuvas, quando a região fica isolada.

Mário Couto aproveitou para congratular as Organizações Rômulo Maiorana, empresa de comunicação do Pará, pelo aniversário de 62 anos, que ocorre amanhã.

Moneira Moriz



Augusto ressalta importância de poeta e de empreendedora para a cultura da região

Augusto homenageia roraimenses por projetos culturais

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou ontem dois roraimenses – o poeta Eliakim Rufino e a criadora do projeto Leitura na Praça, Roseane Pereira Cabral.

Eliakim Rufino, informou o senador, é o autor do poema *Uakti*, que deu nome ao projeto cultural que reuniu, entre 1989 e 1990, mais de 200 artistas amazonenses das mais diversas expressões culturais. Ele é, agora, um dos convidados especiais da nova temporada do projeto, iniciada no último dia 31, em Manaus. Já Roseane Cabral, continuou Augusto, foi finalista do Prêmio Viva Leitura 2008, realizado pelo Ministério da Educação com o objetivo de reconhecer projetos de incentivo à leitura.

No encontro, a ser realizado no Interlegis, os parlamentares vão avaliar impactos ambientais de projetos hidrelétricos, produção de biocombustíveis e aquecimento

Membros do Parlatino vêm ao Brasil discutir energia

REPRESENTANTES DE 22 parlamentos da América Latina reúnem-se, na segunda e terça-feira próxima, na sede do Programa Interlegis, a fim de discutir impactos ambientais de projetos hidrelétricos, produção de biocombustíveis e aquecimento global. Eles integram o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) e deverão ser recebidos em audiência pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

A primeira sessão técnica

do encontro terá uma exposição do ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Em sua palestra, ele falará dos vínculos entre produção de energia e aquecimento global.

A previsão do Parlatino é de que 30 senadores e deputados de países vizinhos participarão do encontro, incluindo o seu presidente, senador Jorge Pizarro (Chile),

e a secretária de Comissões, senadora Maria de los Angeles Moreno Uriegas (México). Pelo Brasil, informam os organizadores, devem participar o vice-presidente do Parlatino, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG); o senador Renato Casagrande (PSB-ES), atual presidente do grupo brasileiro de apoio; e o deputado Fernando Ferro (PT-PE), vice-presidente da Comissão de Energia e Minas do colegiado.

Casagrande ressalta encontro e defende ação do Estado

Renato Casagrande (PSB-ES) informou que, durante o encontro do Parlatino no auditório do Interlegis, a Comissão de Energia e Minas e a Comissão de Meio Ambiente e Turismo do colegiado realizarão reunião conjunta para discutir os impactos ambientais de projetos hidrelétricos, a produção de biocombustíveis e o aquecimento global. A questão da energia é um dos pontos que vêm recebendo grande destaque nos encontros realizados do Parlatino e que ganha mais importância com a crise internacional.

Na avaliação do senador, que é o atual presidente do grupo brasileiro de apoio à entidade, o desenvolvimento econômico do Brasil passa

pela sua integração com os outros países do continente sul-americano.

– O Brasil é líder nesta região e precisa exercer sua liderança, com integração, diálogo e adoção de políticas públicas para manter o bloco unificado, ainda mais neste momento de crise que estamos vivendo – destacou o parlamentar.

Em seu discurso, Casagrande também lamentou o desmatamento na Amazônia, ao comentar matérias recentes publicadas na imprensa segundo as quais a região perdeu 38% de sua cobertura vegetal nos últimos 30 anos.

– O debate sobre o desmatamento no Brasil não pode se encerrar, ele tem que ser

Gerardo Magalhães



Senador capixaba diz que Estado é importante para controlar abusos

permanente aqui no Congresso Nacional – observou Casagrande, que vem se dedicando no Senado ao debate de temas ambientais.

Ao se referir à atual crise internacional, ele argumentou que na busca do equilíbrio de mercado o Estado precisa ser forte para fazer intervenções e “controlar abusos”, impedindo que a economia como um todo acabe por gerar desigualdades.

R\$ 500 milhões para regularização fundiária

João Pedro (PT-AM) registrou a aprovação, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de quatro emendas ao Orçamento da União de 2009, entre elas a que destina R\$ 500 milhões à regularização fundiária de imóveis rurais junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

– Espero que até o final do processo [de votação do Orçamento] possamos garantir recursos para ajudar o Brasil que clama por justiça social no campo – afirmou.

O senador do Amazonas ressaltou a importância da

regularização das glebas, com a demarcação dos lotes e a obtenção do título de propriedade, para o efetivo “reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, de cooperativas e associações” e até para a obtenção de crédito governamental.

– Sem o título definitivo e o georreferenciamento para definir as glebas, não vamos ter paz, justiça no campo – declarou.

João Pedro mencionou ainda a importância de o processo de regularização obedecer às regras estabelecidas no Estatuto da Terra e às normas

Gerardo Magalhães



João Pedro acredita que emenda aprovada na CRA será mantida

contidas em decretos presidenciais, e também portarias editadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Biblioteca Digital supera os 100 mil acessos em julho

Passado pouco mais de um ano de sua implantação, a Biblioteca Digital do Senado Federal já tem muito que comemorar: somente em julho último, recebeu mais de 100 mil acessos pelo site oficial do Senado e outros 25 mil acessos abertos, via internet. Essas e outras conquistas da biblioteca estão sendo compartilhadas com as outras 14 bibliotecas digitais existentes no país no XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, que começou na última segunda-feira na Universidade de São Paulo (USP) e se encerra hoje.

As informações foram dadas pela diretora da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira, que ontem fez a palestra “Biblioteca Digital do Senado Federal: informação para todos”.

– O objetivo da Biblioteca Digital é atender ao Senado, aos senadores, fornecendo-lhes subsídios para o trabalho legislativo, e aos cidadãos – explicou a diretora. Outra meta a ser atingida é formar uma rede de bibliotecas legislativas em âmbitos estadual e municipal.

Os produtos oferecidos pela Biblioteca Digital estão distribuídos em nove itens: produção institucional, direitos do cidadão, acessibilidade, Constituinte nos jornais, notícia de jornal, obras raras, periódicos, publicações externas e produção de senadores. No item produção institucional destacam-se as produções da Consultoria Legislativa, num total de 114 publicações, e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com 136 títulos.

Simone Bastos assinalou que, atendendo ao propósito do Senado de contribuir com a ampliação da cidadania, o sistema digital da biblioteca reúne 238 publicações com informações de interesse do cidadão, como as relativas a seus direitos. Entre o material disponível estão todos os códigos e estatutos que tratam dos direitos do cidadão, inclusive os do consumidor.

Outro produto da Biblioteca Digital destacado pela diretora é o que se refere à Constituinte. Ao acessá-lo, o usuário tem a possibilidade de ler na íntegra todas as edições do *Jornal da Constituinte*, bem como acompanhar o noticiário da mídia sobre qualquer tema debatido pelos constituintes ao longo da elaboração da Carta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • José Nery • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de

Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e

Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Flexa Ribeiro enaltece os 62 anos do jornal paraense *O Liberal*

Foto de Gerardo Magêla



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) enalteceu ontem o jornal *O Liberal*, de Belém, pelos seus 62 anos. O senador apresentou requerimento com voto de aplauso a ser enviado à família Maiorana, na pessoa do presidente-executivo do jornal, Rômulo

Maiorana Júnior.

Ele lembrou que a publicação foi fundada pelo empresário Rômulo Maiorana, já falecido, que o transformou em um jornal de grande credibilidade, distribuído em todos os municípios do estado do Pará. Hoje, integram o grupo a TV Liberal, duas rádios e um portal de notícias pela internet, além do jornal

Amazônia.

– O Pará, nesses 62 anos de *O Liberal*, sempre foi prioridade. Campanhas de valorização da nossa terra estiveram sempre estampadas em suas páginas. Mais que isso: cada matéria é uma demonstração de respeito e amor ao Pará – ressaltou Flexa Ribeiro.

Marisa Serrano quer movimento pela educação

Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu o engajamento do poder público e da sociedade brasileira num amplo projeto educacional. Ela disse acreditar ser possível resgatar milhões de brasileiros hoje alijados dos benefícios da educação e infundir na população valores de cidadania.

Para Marisa Serrano, não há como estruturar um sistema que atenda às demandas de uma economia competitiva e internacionalizada sem escolas equipadas com material de apoio, laboratórios e meios tecnológicos.

A senadora disse compreender a razão de governadores e prefeitos se dirigirem a Brasília para lutar por verbas no Orçamento da União destinadas a projetos como asfaltamento de ruas, mas chamou a atenção para a superioridade da educação como geradora de desenvolvimento a longo prazo.

– Não adianta ter uma cidade maravilhosa se a população não tem condições de pensar por si própria – frisou a senadora.

Ela afirmou que é muito pequena a capacidade de poupança do povo brasileiro para investimento na educação. E que os estímulos ao consumo estão sempre ligados à compra de bens, como automóveis.

Piso salarial

Marisa Serrano também abordou a questão do piso salarial nacional dos professores, de R\$ 950, valor baixo, observou. Ela, no entanto, disse compreender as razões dos governadores que entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar outros aspectos da medida provisória que estabeleceu o novo salário.

– Esses governadores entraram com uma ação para discutir não o piso salarial, mas para discutir aquilo que foi acrescentado a mais, além do piso salarial, para os professores deste país.

Gerardo Magêla



Piso de R\$ 950 para os professores é baixo, afirma Marisa Serrano

Mais comissões aprovam emendas ao Orçamento

Sugestões da CAE somam R\$ 165 milhões; da CI, R\$ 1,7 bilhão; da CDR, R\$ 1,6 bilhão; e da CMA, R\$ 400 milhões. Valores destinam-se a projetos e obras do Executivo

OUTRAS QUATRO COMISSÕES permanentes do Senado aprovaram ontem suas emendas ao projeto de Orçamento da União para 2009. As propostas serão encaminhadas ao relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que adaptará os valores solicitados às disponibilidades de receitas. Apenas as emendas individuais dos deputados e senadores têm valores fixos, de até R\$ 10 milhões para cada um.

Pela manhã, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovaram suas sugestões. À tarde, foi a vez da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na quarta-feira, seis comissões já haviam aprovado suas sugestões de modificações à Lei Orçamentária Anual.

As quatro emendas da CAE envolvem despesas no valor global de R\$ 165 milhões. Já a CI indicou, para igual número de dispositivos, propostas que somam R\$ 1,7 bilhão. Três propostas da CAE visam reforçar ações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: R\$ 75 milhões para o programa Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial; outros R\$ 20 milhões para programa de capacitação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte; e mais R\$ 20 milhões para despesas em feiras e eventos destinados à comercialização de produtos artesanais. A quarta emenda, de R\$ 50 milhões, permitirá reapeilar a infra-estrutura na área da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Duas emendas da CI vão atender despesas do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit): uma proposta envolve R\$

120 milhões para estudos de impacto ambiental necessários ao desenvolvimento de projetos de infra-estrutura em transporte, enquanto a segunda prevê R\$ 80 milhões para a construção de ponte sobre o rio Paraná, na ligação entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS).

Outra emenda da CI reforça o orçamento da estatal Valec, responsável pela Ferrovia Norte-Sul, com previsão de R\$ 900 milhões para construção de trecho entre Belém (PA) e Anápolis (GO). O último dispositivo, de R\$ 600 milhões, permitirá o Ministério do Turismo cobrir a participação da União no Prodetur, que envolve recursos de empréstimo externo e dos estados.

Turismo

Já a CDR aprovou emendas que prevêem gastos de R\$ 1,6 bilhão. A maior parcela – R\$ 726 milhões – vai para o Ministério do Turismo e será aplicada em programas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e em projetos de infraestrutura turística.

O Ministério da Integração Nacional ficou com R\$ 505 milhões, a serem usados em obras destinadas, entre outros objetivos, a controlar a erosão marítima e fluvial. Já o Ministério das Cidades foi contemplado com R\$ 420 milhões para programas de desenvolvimento urbano e de regularização fundiária.

Por sua vez, a CMA acolheu quatro emendas, cada uma no valor de R\$ 100 milhões. Elas se destinam a ações do Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União (informatização) e à execução de projetos de desenvolvimento sustentável. A comissão decidiu ainda remanejar R\$ 2 milhões, dentro das verbas do Serviço Florestal Brasileiro, para construção do edifício-sede do órgão.



Ferrovia Norte-Sul: senadores querem mais verbas para infra-estrutura

Melhor redação sobre a Bandeira recebe prêmio

O Senado iniciou ontem a premiação das escolas selecionadas para a final do concurso de redação sobre a Bandeira Nacional. Foram enviados a esses estabelecimentos kits com publicações e documentários voltados para a educação. A escola vencedora também receberá quatro microcomputadores, conforme previsto no edital do concurso.

A aluna Ana Clara Ferreira, de Jacarezinho (PR), obteve a primeira colocação, com o texto *Um símbolo, uma nação*. Ela fará a leitura da redação na

cerimônia em comemoração ao Dia da Bandeira, no dia 19, no Salão Nobre do Senado. Acompanharão a aluna, além de seu responsável legal, seu professor de Português, a diretora da escola, o coordenador do concurso na Secretaria de Educação e o secretário de estado da Educação. Ana Clara receberá um microcomputador.

Nas próximas semanas, uma equipe da Secretaria de Relações Públicas do Senado entregará os computadores aos finalistas classificados em segundo e terceiro lugar. O

aluno Douglas Chagas de Castro Mercier, de Aracruz (ES), é o segundo colocado, com a redação *O resgate do civismo*. O mineiro Maíke Wiliam Fialho, de Campos Gerais e autor do texto *Bandeira, uma evolução humana*, foi o terceiro colocado.

Os kits contêm publicações das Edições Técnicas do Senado Federal e do Ministério da Educação; documentários produzidos pela TV Senado; uma Bandeira Nacional; e o CD *Hinos do Brasil*, interpretado pelo Coral do Senado.

Isenção do IR para portador de narcolepsia

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando designação do relator, projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que acrescenta a narcolepsia ao rol dos problemas de saúde cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda sobre a aposentadoria. A narcolepsia é um distúrbio neurológico, considerado incurável, que causa sonolência excessiva em horários e situações inesperadas, acarretando riscos aos portadores, que dependem dos cuidados de terceiros.

Para Azeredo, a proposta (PLS 147/07) é uma forma socialmente justa de compensar a queda de rendimentos dos narcolépticos e os gastos com medicamentos e com os cuidados prestados por outras pessoas. Os portadores de narcolepsia correm risco de acidente e enfrentam embaraços nas atividades rotineiras, principalmente no trabalho e nos deslocamentos em vias públicas.

Renúncia fiscal

Conforme o senador, não está sendo proposta a criação de um novo benefício, mas apenas a extensão de um já existente. “Mesmo que se queira considerar que haverá uma renúncia fiscal, o valor do imposto que deixará de ser arrecadado é ínfimo”, assinala Azeredo. Na justificativa do projeto, Azeredo registra que, no Brasil, foram diagnosticados apenas cerca de 400 casos da doença.

No texto, o parlamentar enfatiza que, para os cofres públicos, o imposto que deixará de ser arrecadado será de valor irrisório. Ele observa que a isenção representará para o doente importante parcela dos seus rendimentos, “o que o ajudará a enfrentar as dificuldades impostas ao demandar a assistência farmacêutica que deveria ser prestada pelos serviços públicos de saúde”.

Gerardo Magêla



Azeredo informa que há cerca de 400 casos da doença no Brasil

Dirigente de órgão de fiscalização atribui a ampliação do uso de mão-de-obra forçada à expansão das usinas de etanol, sobretudo em Goiás e Mato Grosso

Ministério aponta aumento do trabalho escravo no país

GOIÁS E ALAGOAS lideram a lista de ações de resgates de trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo, conforme o Relatório da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho: em 2008, foram resgatados 867 trabalhadores no primeiro estado e 656 no segundo, o que representa 40% do total.

De acordo com Giuliana Cambauva Cassiano, chefe do órgão, o fato está ligado à expansão de usinas produtoras de etanol nesses estados, sendo que a maioria dos trabalhadores foi resgatada de propriedades produtoras de cana-de-açúcar.

– Em função da expansão do consumo e da exportação do etanol, Goiás e Alagoas, que são importantes produtores de cana-de-açúcar e concentram um grande número de usinas, foram foco da fiscalização no ano de 2008. E infelizmente, nós presenciamos essa situação nesses estados – observou.

Os dados foram apresentados ontem, durante audiência pública promovida pela Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, presidida pelo

senador José Nery (PSOL-PA) e vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Giuliana destacou a incidência de trabalho degradante em propriedades rurais no Pará e em Mato Grosso, onde houve o resgate de 592 e 407 trabalhadores, respectivamente, este ano.

Indenizações

As informações referem-se à ação realizada pelos grupos especiais de fiscalização móvel mantidos pelo ministério. Desde janeiro, esses grupos promoveram 111 operações em 196 propriedades rurais em todo o país, resultando num total de 3.769 trabalhadores resgatados e em ações determinando o pagamento de indenizações no valor global de R\$ 7 milhões.

Por sua vez, Rosa Maria

Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, manifestou preocupação com o trabalho escravo na produção de biocombustíveis. A seu ver, os incentivos à produção de energia limpa, essencial para o equilíbrio ambiental, devem ser acompanhados por regras que assegurem condições dignas de trabalho.

Rosa Maria Jorge cobrou a realização de concursos de forma a ampliar o quadro de técnicos das ações de fiscalização nas áreas rurais.

Já Renato Sant'Anna, diretor legislativo da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), lamentou que o país ainda conviva com o trabalho escravo, o que, observou, revela grave desrespeito “a direitos trabalhistas mínimos”.



Fábio Leal, Renato Sant'Anna, Giuliana, José Nery, Armando, Rosa Maria e Jonas Moreno

Reinserção no mercado é prioridade do governo

Durante a audiência pública, o assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, José Armando Guerra, afirmou que o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo prioriza as ações de prevenção e de incentivo à reinserção no mercado de trabalhadores resgatados nas fazendas, encontrados em condições degradantes. Conforme observou, esse plano, lançado em setembro pelo Executivo, reafirma o compromisso do governo federal com a manutenção de ações que visem erradicar o trabalho análogo ao de escravo no país.

– Sem deixar de lado a repressão e o combate ao trabalho escravo, passamos também a dar atenção a ações de prevenção e reinserção da mão-de-obra no mercado. Queremos evitar que a pessoa libertada, por não ter espaço no mercado formal, seja obrigada a voltar a aceitar um trabalho degradante.

As medidas preventivas também foram apoiadas por Jonas Ratier Moreno, procurador do Trabalho. Para ele, somente as ações de repressão implementadas pelo Estado não são suficientes, devendo vir acompanhadas por incentivos à reintegração do trabalhador resgatado da condição de escravo.

Ao defender a aprovação da PEC 438/01, que prevê a expropriação da propriedade rural em que for constatada a existência de trabalho escravo, Jonas Moreno disse que a matéria estaria “adormecida” na Câmara dos Deputados por falta de vontade política do governo. Também participou do debate Fábio Leal, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Nery cobra empenho da base para a aprovação

O presidente da subcomissão, senador José Nery (PSOL-PA), cobrou do governo federal mais empenho de sua base parlamentar para votar as medidas legislativas que dizem respeito ao combate ao trabalho escravo, especialmente a PEC 438/01, que prevê a expropriação de terras onde for flagrada a exploração desse tipo de mão-de-obra.

A proposta, apresentada pelo então senador Ademir Andrade em 1995, foi aprovada no Senado em 2001 e está na pauta do Plenário da Câmara para votação em segundo turno. Segundo José Nery, a iniciativa é uma relevante arma para a erradicação efetiva do trabalho escravo no Brasil e representa instrumento fundamental para combater a impunidade.

– A operacionalização do 2º Plano Nacional requererá o aporte maciço de recursos financeiros, com dotações das três esferas de Poder. O Congresso pode ajudar, com emendas orçamentárias e a aprovação de medidas legislativas, como a oficialização da lista suja de empresários que praticam trabalho escravo, além da aprovação da PEC 438.

Nery propôs a realização de um seminário nacional, no segundo semestre de 2009, para debater o plano e propiciar articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais.

Por sua vez, o jornalista Leonardo Sakamoto enfatizou que, sem o aporte de vultosas verbas, nada será feito de verdade em relação à erradicação de trabalho escravo. Ele colaborou na elaboração do 2º Plano e apontou, como falha básica do 1º Plano, a falta de metas de reinserção dos trabalhadores.



João Tenório (D) em entrevista ao repórter Marcos Magalhães, da Agência Senado

Parlamentares de 16 países vão discutir biocombustível em SP

Parlamentares de 15 países, além do Brasil, estarão em São Paulo na quarta-feira para discutir o futuro dos biocombustíveis. O evento coincidirá com a realização durante toda a semana, na capital paulista, de uma conferência internacional sobre o mesmo tema, promovida pelo governo brasileiro. A simultaneidade dos dois eventos não é casual, disse o senador João Tenório (PSDB-AL), presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. “Ao contrário, tem o objetivo de aproximar os parlamentares do debate sobre o assunto”, frisou.

Segundo João Tenório, cresce no meio parlamentar a percepção da necessidade de inclusão das duas esferas de poder – o Executivo e o Legislativo – nos debates sobre os temas mais importantes das relações internacionais.

A diplomacia parlamentar, como observou, poderá evitar que os governos venham a encontrar dificuldades em seus Legislativos na hora de colocar em prática decisões tomadas unicamente no Executivo. Para o senador, o encontro de parlamentares dos Estados Unidos e de países da Ásia e da Europa,

em São Paulo, poderá ajudar a disseminar pelo mundo a produção de biocombustíveis.

– Esperamos que esses parlamentares levem a mensagem da necessidade de expansão da produção de biocombustíveis a outros continentes, como a África, até para viabilizar o negócio em todo o mundo. A produção não pode ficar concentrada em um só país, tem que se espalhar pelo mundo – sustentou João Tenório, que presidirá a mesa-redonda “Os Parla-mentos e os Biocombustíveis”, no Hotel Grand Hyatt.

Para garantir a viabilidade, segundo disse, a produção de biocombustíveis precisa ter escala. Por isso, uma das principais funções dos parlamentares, no caso, é criar estímulos para o desenvolvimento da atividade. Entre os temas da mesa-redonda, deverá estar a análise comparada dos marcos regulatórios nacionais a respeito do setor.

João Tenório admite que a produção de combustíveis no campo enfrenta oposição dos que acreditam que a atividade retiraria terras propícias à produção de alimentos. Mas afirmou estar pronto para contestar os argumentos desses críticos.

Agripino elogia Petrobras por não priorizar jazidas do pré-sal

O líder do DEM, José Agripino (RN), elogiou da tribuna a “atitude sensata” da Petrobras de, a partir de agora, não priorizar os investimentos nos chamados campos petrolíferos da camada pré-sal. Na opinião do senador, como o preço do barril do petróleo vem caindo nos últimos meses, a decisão da estatal de centrar investimentos em projetos mais baratos é correta.

– Não tem o menor sentido anunciar o pré-sal como a salvação da lavoura, porque é uma falácia, não se pode iludir o Brasil e o mundo com uma inverdade, e a Petrobras, em boa hora, recuou. E eu admito que, com o recuo e com o gesto de sensatez, os investidores possam fazer uma reavaliação sobre a operação de compra e venda de ação da Petrobras – declarou o parlamentar.

Agripino também sugeriu ao governo federal que desista de criar o Fundo Soberano do Brasil, cujo projeto (PLC 164/08) já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda deliberação do Senado. Para ele, o assunto deve ser discutido



Agripino pede ao governo federal que desista do Fundo Soberano

“depois que o país atravessar a crise”.

– Vamos todos trabalhar pela solução da crise, mas vamos acabar com as ilusões, com essa imagem que se tenta passar para o mundo de que o Brasil está imune à crise. O Brasil está mergulhado até os gorgomilos – afirmou Agripino.

O senador também avisou que as votações das Medidas Provisórias (MPs) 440, 441, 442 e 443, que deverão ocorrer nas próximas semanas, serão acompanhadas de perto pelos parlamentares da oposição, que pretendem apresentar destaques e propor modificações.